

**Artigo publicado no Jornal “O povo”, Caderno de Economia  
em 15.10.2006  
Fortaleza, Ceará**

## **Ceará, globalização e economia do conhecimento**

**Jair do Amaral Filho<sup>1</sup>**

Como todas grandes transformações econômica e institucional, o processo de globalização tem arregimentado grande número de adeptos mas tem também produzido um exército de críticos. Esse quadro é perfeitamente justificado pelos resultados contraditórios que vêm sendo gerados por tal fenômeno, cuja síntese está longe de ser visualizada. Ao mesmo tempo em que a globalização vem possibilitando a retirada de milhões de pessoas da situação de pobreza na China e Índia, por exemplo, ela tem causado desconforto entre os países industrialmente desenvolvidos em razão do deslocamento dos investimentos e da terceirização da produção, resultando na subtração de empregos nestes países.

No que pese o destaque dado pela imprensa internacional a essa relação, entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, há necessidade de se realizarem estudos e pesquisas direcionados aos deslocamentos de investimentos e terceirização da produção no interior de países que apresentam disparidades regionais acentuadas, como o Brasil. Tendo em vista que a lógica de concorrência produzida pela globalização se reflete em nível dos custos relativos, principalmente no segmento da produção, as empresas tendem a utilizar estratégias que possibilitem a redução de custos e, neste caso, regiões com oferta abundante e barata de mão-de-obra acabam se beneficiando desses movimentos.

A compreensão desse fenômeno, no Brasil, tem sido dificultada pela predominância da tese que atribui à chamada “guerra fiscal”, entre estados, a responsabilidade pelo deslocamento de investimentos, dos estados do Sul e Sudeste para a região Nordeste. Na verdade, economias estaduais do Nordeste têm sido, de alguma forma, contempladas pelo deslocamento de investimentos e pela terceirização de produção em função da lógica de concorrência que procura reduzir custos. Nesse sentido, é possível trabalhar a hipótese de que o estado do Ceará vem se beneficiando do processo de globalização, na medida em que vem sendo atingido por essas duas tendências. Ou seja, além de receber investimentos de fora a economia local ganhou a preferência de algumas empresas de confecções, de marcas conhecidas, para terceirizar sua produção em parceria com empresas cearenses. Ao lado da indústria de transformação, os setores da agricultura-fruticultura (irrigada) e do turismo vêm, igualmente, apresentando características de globalização já que têm conseguido atrair investimentos e consumidores internacionais.

---

<sup>1</sup> Doutor em Economia e Professor Titular em Desenvolvimento Econômico do Departamento de Teoria Econômica-DTE da FEAAC, Universidade Federal do Ceará-UFC.

Mesmo que esse fenômeno não esteja produzindo um processo clássico de industrialização, conhecido pela criação de redes locais de fornecedores de matérias-primas, insumos, máquinas, equipamentos, além do conhecimento gerado pela pesquisa e desenvolvimento-p&d, ele possibilitou a manifestação de, pelo menos, três indicadores que credenciam afirmar que a economia do Ceará tem participado do processo de globalização, são eles (i) criação de linhas de montagem de bens de consumo final e bens intermediários, tais como calçados, aparelhos eletrodomésticos, automotivos, máquinas de costura, autopeças, etc. voltados para o mercado nacional e internacional; (ii) participação de empresas e segmentos industriais nas cadeias internacionais de fornecimento, através, principalmente, das indústrias têxtil e peles/couros e ; (iii) produção pelo método da terceirização, verificado na indústria de confecções. A presença desses indicadores é evidente na paisagem econômica local, mas os mesmos também aparecem em nível do balanço de pagamentos estadual, o que sugere uma mudança estrutural, mesmo que pequena, no tipo de inserção nacional ou internacional.

Desta maneira, pode-se dizer que a economia cearense tem sido poupada, relativamente, dos efeitos excludentes produzidos pela globalização, fato que tem sido traduzido na geração de postos de trabalho intensivos em mão-de-obra não qualificada, com impacto positivo sobre a expansão do emprego na indústria tradicional. As razões dessa virtude estão em quatro fatores, a saber, (i) mão-de-obra barata; (ii) incentivos fiscais; (iii) localização geográfica vantajosa *vis-à-vis* dos mercados externos e (iv) infra-estrutura. Somam-se a esses fatores o ambiente empresarial favorável e alguns tipos específicos de recursos naturais. Os dois primeiros atuam diretamente nos custos de produção das empresas e o restante influencia indiretamente nesses custos.

Essas conquistas devem ser aprofundadas e consolidadas, por meio de estratégias empresariais e políticas governamentais. Todavia, é necessário observar que os dois primeiros fatores citados são relativamente vulneráveis, na medida em que o preço reduzido da mão-de-obra tende a se elevar no longo prazo, com as pressões no mercado de trabalho, sem esquecer que os incentivos fiscais, concedidos às empresas, podem também ser oferecidos por governos de outras regiões ou contestados por organismos internacionais. Ou seja, no médio e longo prazo, essas vantagens estão sujeitas ao movimento pendular da equalização espacial dos custos e oferta dos fatores.

Ademais, no caso dos investimentos obtidos pelo deslocamento de fora para dentro, e limitados à linha de montagem, a vulnerabilidade pode estar associada ao fato de que os seus centros de inovação e decisão permanecem fora da economia estadual. Essa é uma situação típica do caso da indústria de calçados que se instalou no estado. Diante deste quadro, é plausível que se elaborem estratégias de longo prazo, especialmente aquelas que contemplam a economia do conhecimento e da inovação como motor do crescimento, bem como fator de criação e sustentação de vantagens competitivas, no lugar de vantagens comparativas. A primeira baseia-se na diferenciação do produto e na produtividade, enquanto a segunda alimenta-se nos custos e nos preços relativos.

A economia do conhecimento implica no emprego dos resultados gerados pela Pesquisa e Desenvolvimento-P&D aos processos produtivos e organizacionais das empresas, independente de seus tamanhos, o que permite a manifestação de inovações contínuas. As universidades e empresas, sobretudo de grande porte, são as responsáveis por esse

processo. No Brasil, as universidades têm sido as líderes na geração de conhecimento, ao contrário dos países desenvolvidos, nos quais a maior parte dos pesquisadores encontra-se nas empresas. Para que o sistema produtivo se aproprie dos resultados da pesquisa, em tempo hábil para inovar e competir, é necessário que as empresas se aproximem das universidades e centros tecnológicos, mas que também montem internamente seus próprios departamentos de pesquisa e desenvolvimento.

Essas necessidades formam os grandes desafios a serem enfrentados pelo Brasil na montagem de uma estratégia séria de competitividade externa, menos dependente da taxa de câmbio. Tais desafios exigem, no entanto, a regulamentação total e a implantação da Lei Federal de Inovação bem como um aumento dos gastos federais em ciência e tecnologia e infra-estrutura inteligente. No que toca o Nordeste, esta região carece de uma política federal de desenvolvimento regional que vá além da transferência de renda para os pobres, o que é realizada por meio da concessão da Bolsa Família. O Nordeste reclama uma política científica e tecnológica específica, contendo, entre outros elementos, a estruturação de centros de pesquisas de excelência voltados para as vocações e potencialidades regionais. Dispensável dizer que os gastos dirigidos a essas áreas devem ser poupados dos cortes que beneficiam os contingenciamentos fiscais, e a formação de superávits primários, maneira pela qual o governo federal pode incrementar o crescimento econômico competitivo.

Em nível de Ceará, são inegáveis as consideráveis estruturas físicas e institucionais montadas para atender a produção de conhecimento, como também não podem ser negligenciados os estoques de informação e conhecimento científicos acumulados pelas universidades locais. Entretanto, além de uma desarticulação orgânica entre as instituições, estas ainda encontram-se distantes do sistema produtivo. Enquanto isso, as empresas, nem todas, é verdade, contentam-se com vantagens comparativas oferecidas pela mão-de-obra barata, incentivos fiscais e informalidade. Há que reconhecer que tais características se apresentam também no cenário nacional, no entanto, um estado com cerca de 90% do seu território inserido no polígono das secas, contendo uma população rural expressiva, deve colocar a economia do conhecimento no centro da sua agenda de desenvolvimento.

Por seu lado, a globalização, pela própria dinâmica, exige uma inflexão desse quadro, que pode ser provocada por seis tipos de iniciativas locais: (i) melhoria da qualidade do ensino fundamental e médio e expansão da formação de tecnólogos; (ii) construção de pontes institucionais que permitam melhorar a aproximação das universidades e centros tecnológicos (Centecs; Cefets; Nutec; Embrapa) com empresas e arranjos produtivos locais-apls; (iii) promoção da inclusão digital em todo estado; (iv) condicionamento da concessão dos incentivos fiscais à adoção de inovação tecnológica; (v) construção de condomínios e parques tecnológicos capazes de abrigar e potencializar incubadoras e empresas de base tecnológica e (vi) aumento dos estímulos às pesquisas voltadas para o melhor aproveitamento dos recursos naturais locais. Neste ponto, destacam-se o bioma da caatinga, na qual está a agricultura familiar, os recursos hídricos, as fontes alternativas de energia e os recursos minerais.

Como podem ser observadas, essas iniciativas estão, em grande parte, na alçada dos poderes públicos, todavia iniciativas devem ser também tomadas pelo lado do setor privado, por meio das empresas, no sentido de implantar novos modelos de gestão e dar mais atenção às inovações de produto e processo. Providencialmente, algumas

provocações já foram feitas pelo governo estadual *vis-à-vis* das empresas, em forma de parceria público-privada voltada para a inovação, envolvendo a Finep-Financiadora de Estudos e Projetos. Entretanto, os empresários precisam mostrar mais apetite por esse veículo de competitividade. Sem dúvida alguma, lideranças empresariais locais, posicionadas na Federação das Indústrias do Ceará-FIEC, no Centro Industrial do Ceará-CIC, bem como na Federação de Agricultura e Pecuária do Estado do Ceará-FAEC, poderão ocupar um lugar central na condução desse debate.